



**COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA**



UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR

**Em meio à pandemia, e no combate ao (des)governo genocida, somos resistência
lutando pelos direitos dos povos indígenas isolados**

Os povos indígenas conhecidos hoje como "isolados", "autônomos", "livres" ou "desconfiados" estão resistindo aos contatos forçados, e orquestrados de todos os lados, há 521 anos. Eles sabem que este outro mundo em que vivemos hoje está repleto de doenças, violências, e de gente que quer roubar suas terras, almas e vidas.

Esses povos resistiram e ainda resistem com força à invasão de seus territórios. Com sabedoria, entendem que sem a floresta não conseguirão alimentar seus filhos e as futuras gerações. São os sobreviventes dos históricos massacres e tentativas de genocídio aos povos indígenas do Brasil, que assistem hoje suas florestas serem desmatadas e queimadas, e suas vidas sendo levadas por conta dessa destruição. Com suas próprias formas de vida, afastadas das relações com os brancos, estão plenos em sua autodeterminação, e representam a nossa mais dura resistência!

No último ano, nós, movimento indígena da Amazônia e do Brasil, representado pela COIAB e APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), em conjunto com a nossa rede de organizações indígenas e parceiros da sociedade civil, concentramos nossos esforços para fortalecer a luta desses povos pelo direito de viverem conforme suas próprias escolhas e formas de vida.

Entre as várias ações de enfrentamento aos ataques aos direitos desses povos, em 2020, destacamos a petição junto ao Supremo Tribunal Federal, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, com o objetivo de garantir uma resposta adequada ao avanço do novo coronavírus em seus territórios. Com esta ação, obrigamos o governo a implementar barreiras e cordões epidemiológicos e sanitários, construir planos de contingência efetivos, e instaurar uma Sala de Situação onde representações indígenas e técnicos convidados pudessem monitorar as ações do governo. Essa Sala é um espaço importante para o movimento indígena orientar e sugerir ao Estado ações efetivas de enfrentamento à covid-19 em territórios com presença desses povos isolados. Apesar do governo genocida não ter implementado todas as medidas adequadamente, continuaremos cobrando e fazendo as nossas próprias barreiras sanitárias com a nossa rede de organizações e lideranças indígenas.

Vale ainda ressaltar que, em 2020, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), uma das organizações de base da COIAB, acessou a Justiça Federal, no Amazonas, para retirar e proibir o ingresso de missionários fundamentalistas que tentavam contatar povos em situação de isolamento, e que representavam sérios riscos de contágios da covid-19 para os indígenas na TI Vale do Javari. A mesma UNIVAJA, em defesa da política pública para os povos isolados e de recente contato, também ingressou em uma ação do Ministério Público Federal, na Justiça Federal, do Distrito Federal, pedindo o cancelamento da nomeação, no início de 2020, de um missionário fundamentalista para a Coordenador Geral de Índios Isolados da Fundação Nacional da Índio (Funai).



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA



UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR

Neste ano de 2021, entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de número 6622, junto ao STF, pedindo a revogação de parágrafo do artigo 13º da Lei 14.021 de 2020, que permite a permanência de missionários fundamentalistas em Terras Indígenas onde vivem povos indígenas isolados, violando, assim, os direitos mais fundamentais desses povos à autodeterminação e à intangibilidade de seus territórios, exatamente na Lei que deveria garantir os cuidados necessários no combate à Covid-19.

Participamos e apoiamos a elaboração da Resolução nº 44 do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), um avanço histórico nos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. Pela primeira vez, lideranças e representantes de organizações indígenas contribuíram diretamente na elaboração de um instrumento normativo oficial para a proteção dos povos indígenas isolados. Através dessa Resolução, o Estado brasileiro está obrigado a assegurar os direitos desses povos, de promover a participação indígena na construção das políticas públicas, e de respeitar os princípios de precaução. Infelizmente, não é novidade que, até o momento, o atual (des)governo genocida ignorou a Resolução.

Continuaremos o diálogo com nossas organizações de base que atuam em distintas regiões da Amazônia com presença de povos isolados e de recente contato. Seguiremos apoiando o trabalho realizado pelas comunidades que vivem no entorno desses povos, e suas iniciativas voltadas à proteção territorial e defesa dos seus direitos, e ao monitoramento das situações de ameaças.

Estamos também atentos e vigilantes sobre as intenções do governo, seus aliados ruralistas e de missões fundamentalistas, de avançar a boiada sobre as Terras Indígenas. Sobretudo, nas Terras Indígenas Piripkura, no Mato Grosso, e Ituna-Itatá, no Pará. Ambas são alvos da pressão do agronegócio e de madeireiros para sua redução e eliminação. Nos últimos anos, as duas Terras Indígenas, com presença de indígenas isolados, registraram altas taxas de desmatamento, representando um grave risco para esses povos.

Assim, reforçamos com esse manifesto o compromisso do movimento indígena em defesa dos territórios e modos de vida dos povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia. Não mediremos esforços para lutar pelas vidas desses nossos parentes! Não estamos à venda, e não recuaremos dessa batalha em nossos territórios!

Seguiremos na resistência pela autonomia e pelos direitos dos povos indígenas isolados!

Manaus/AM, 26 de abril de 2021

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)